

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ASPECTOS METAONTOLÓGICOS E SEMÂNTICOS DO TRATAMENTO
ARISTOTÉLICO DO PRINCÍPIO DA NÃO-CONTRADIÇÃO

PEDRO LEMGRUBER NASCIMENTO

UBERLÂNDIA

2023

PEDRO LEMGRUBER NASCIMENTO

ASPECTOS METAONTOLÓGICOS E SEMÂNTICOS DO TRATAMENTO
ARISTOTÉLICO DO PRINCÍPIO DA NÃO-CONTRADIÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de
Filosofia como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel
em Filosofia.

Área de concentração: História da
Filosofia Antiga

Orientador: Fernando Martins
Mendonça

UBERLÂNDIA

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, cujo apoio possibilitou a realização deste trabalho e cujas virtudes são exemplares que sempre buscarei emular. Minha mãe, Karla, a quem devo o ímpeto de optar pelo curso de Filosofia, é meu exemplar de curiosidade e sensibilidade. Meu pai, Thiago, é meu exemplar de generosidade e paciência.

Agradeço aos meus amigos do Grupo de Estudos em Metafísica e Epistemologia Gavagai, incluindo, dentre tantos outros, meus colegas organizadores Mateus Patrício, Ryan Pablo e Felipe Fernandes. Também agradeço aos amigos do Grupo de Estudos de Filosofia Antiga do NEFAH, como Ayrton Pacheco, Telma Sanchez, Gabryella Couto e Paulo Vitor Siqueira. Nossas reuniões semanais e a convivência dentro e fora do campus têm sido condições necessárias para a manutenção do meu amor à filosofia e meu contínuo crescimento intelectual e pessoal.

Agradeço a todos os professores que passaram pela minha formação e me mostraram tudo o que a filosofia pode ser, em especial Alcino Bonella, Rubens Sobrinho, Félix Pinheiro, César Meurer e Rafael Vogelmann. Sobretudo, agradeço ao meu professor e orientador, Fernando Martins Mendonça, que me fez inicialmente descobrir o fascínio por Aristóteles e pela filosofia em geral, e cujo apoio possibilitou o florescimento intelectual de toda uma geração de discentes do Instituto de Filosofia da UFU.

RESUMO

Em *Metafísica Gamma*, Aristóteles trata extensivamente do Princípio da Não-Contradição (PNC). Primeiro, Aristóteles defende a atribuição do estudo do PNC à metafísica e, em seguida, argumenta contra supostos negadores do princípio. Neste trabalho, examinaremos ambos esses aspectos. Primeiramente, investigaremos como e por que a metafísica estudaria o PNC, o que nos levará a considerar como Aristóteles concebe a metafísica e o conhecimento científico de princípios. Em seguida, examinaremos um dos argumentos a favor do PNC, o argumento *elêntico*, focando nas noções de significado e definição envolvidas nele e no papel que elas desempenham no argumento. Por fim, consideraremos o que essas investigações revelam sobre as concepções aristotélicas do PNC, da metafísica e da linguagem, e elencaremos questões em aberto que merecem ser exploradas em pesquisas futuras.

PALAVRAS CHAVES: Princípio da Não-Contradição. Metafísica. Aristóteles. Significado. Definição. Metaontologia. Argumento Elêntico. Primeiros Princípios. Filosofia Antiga.

ABSTRACT

In *Metaphysics Gamma*, Aristotle treats extensively of the Principle of Non-Contradiction (PNC). First, Aristotle defends the attribution of the study of the PNC to metaphysics, and then argues against alleged deniers of the principle. In this work, we'll examine both these aspects. Firstly, we'll inquire as to why and how should metaphysics study the PNC, and this will lead us to consider how Aristotle conceives metaphysics and the scientific knowledge of principles. Following that, we'll examine one of the arguments in favor of the PNC, the *elenctic* argument, focusing on the notions of meaning and definition involved in it and in the role that they play in the argument. Lastly, we'll consider what this inquiry reveals about the Aristotelian conceptions of the PNC, metaphysics and language, and we'll raise questions to be left unanswered for exploration in future research.

KEY WORDS: Principle of Non-Contradiction. Metaphysics. Aristotle. Meaning. Definition. Metaontology. Elenctic Argument. First Principles. Ancient Philosophy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. DESENVOLVIMENTO.....	10
2.1. PNC e o conhecimento científico.....	10
2.2. Por que a metafísica estuda o PNC?.....	14
2.3. Como a metafísica estuda o PNC?.....	17
2.4. A noção de significado no argumento elêntico.....	21
2.5. Significado e definição de nomes de não-entes.....	29
3. CONCLUSÃO.....	31
4. REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

Em *Metafísica Alfa*, Aristóteles nos apresenta a uma ciência cujo objetivo é estudar a realidade no sentido mais geral. Tal ciência, que veio a ser conhecida como ontologia ou simplesmente metafísica, teria como objeto de estudo o ente enquanto é ente, diferentemente das demais ciências, que estudam algum gênero do ente. A metafísica também estudaria as causas e princípios que dizem respeito ao ser enquanto tal (982b 7)¹.

Em *Metafísica Beta*, Aristóteles levanta uma série de questões relacionadas à metafísica. Algumas delas são questões propriamente metafísicas, isto é: questões de primeira ordem acerca dos objetos de estudo da metafísica. Outras, porém, podem ser descritas como questões metametafísicas ou metaontológicas, pois são questões de segunda ordem que dizem respeito à natureza dessa investigação. Uma dessas questões é: deve a ciência que estuda o ser enquanto ser também estudar os primeiros princípios a partir dos quais todos fazem demonstrações? O Princípio da Não-Contradição (PNC), segundo o qual é impossível que atributos contrários pertençam simultaneamente e no mesmo aspecto ao mesmo sujeito, é tomado como um desses primeiros princípios. Assim indaga Aristóteles:

[...] Compete a uma única ciência considerar as causas, ou a várias? E competiria a essa ciência considerar apenas os primeiros princípios da essência, ou também os princípios a partir dos quais todos fazem suas provas (por exemplo, se é possível afirmar e negar uma mesma e única coisa ao mesmo tempo, ou não, e outros princípios desse tipo). (*Metafísica III*, 995b 5-9, trad. Lucas Angioni)

Em *Metafísica Gamma*, Aristóteles dá uma resposta positiva a essa questão (1004a 31). O estudo de princípios como o PNC pertence à metafísica, pois estes são princípios que dizem respeito ao ente enquanto é ente e não somente a algum gênero de ente. Ao longo do restante de *Metafísica Gamma*, Aristóteles trata, entre outros temas, do PNC, desenvolvendo argumentos acerca dele. Nenhum desses argumentos é uma demonstração do PNC, pois este é, segundo Aristóteles, uma das coisas a respeito das quais não se deve exigir demonstração (1006a 5). Ao invés de demonstrá-lo, cada um desses argumentos ou avança alguma tese sobre o PNC ou o defende de modo indireto.

¹ Paginação Bekker.

Um desses argumentos, que Wedin² denomina argumento da indubitabilidade, busca demonstrar que, dado o PNC, a crença em contradições é impossível (1005b 22). Outro argumento busca demonstrar a inevitabilidade do PNC para um interlocutor que, ao menos, enuncia algo significativo (1006a 18).³ Este último argumento ficou conhecido como o argumento elêntico, pois compartilha características com um *elenchus*.

O termo grego ἔλεγχος significa refutação ou interrogação. No contexto filosófico, é um método argumentativo indireto, que busca refutar uma posição afirmada por um interlocutor através de outras posições que o mesmo interlocutor afirma. Nos *Tópicos* e nas *Refutações Sofísticas*, Aristóteles elabora uma teoria da refutação no contexto da dialética. Porém, no contexto de *Metafísica Gamma*, não é explicitamente afirmado que o argumento elêntico é uma refutação dialética em sentido estrito. Ele não é descrito como sendo um ἔλεγχος, mas sim como sendo ἐλεγκτικῶς; isto é: como refutativo, não como uma refutação.

Assim, o argumento elêntico pode ser interpretado ou como uma refutação propriamente dita ou como uma argumentação que compartilha traços relevantes com a refutação. Ambas as opções são, ao menos à primeira vista, suportadas pelo texto. Neste trabalho, só precisamos estabelecer que os argumentos refutativos possuem ao menos uma característica relevante que os distinguem de silogismos, que Aristóteles descreve da seguinte maneira:

Digo que demonstrar refutativamente é diferente de demonstrar, porque, ao demonstrar, pareceria já se postular no princípio; entretanto, um outro sendo responsável pela postulação, haveria refutação e não demonstração. (*Metafísica IV*, 1006a 15-17, trad. Lucas Angioni)

O que é característico de um argumento refutativo, então, é que a premissa inicial é afirmada pelo interlocutor e não por quem avança o argumento. Assim, podem ser descritas como estratégias argumentativas refutativas a *reductio ad absurdum*, a dialética socrática dos diálogos aporéticos, a refutação dialética dos *Tópicos*, e qualquer outra argumentação que busca extrair de alguma posição afirmada por um interlocutor consequências que o mesmo interlocutor deseja negar.

Então, diferentemente do argumento da indubitabilidade, o argumento elêntico não usa o PNC como uma de suas premissas. Ao invés disso, a sua estratégia é mostrar

² Em seu “*Aristotle on the Firmness of the Principle of Non-Contradiction*”, de 2004.

³ Determinar o que realmente está sendo mostrado pelo argumento elêntico é notoriamente difícil. Para uma discussão mais detalhada, ver Furth (1986) e Wedin (2003).

que algo afirmado por um interlocutor que nega o PNC implica a impossibilidade de contradições. Em outras palavras, Aristóteles pretende mostrar que seu interlocutor está, à luz de uma afirmação que ele mesmo endossa, comprometido com o PNC.

Porém, se o argumento da indubitabilidade for bem-sucedido, nem mesmo esse interlocutor hipotético que supostamente nega o PNC de fato crê em contradições. Se esse for o caso, Aristóteles estaria discutindo com adversários que não creem em contradições, mas só afirmam que creem. Assim, o argumento elêntico seria bem-sucedido se ao menos impedisse seu interlocutor de afirmar contradições.

Essa é apenas uma dentre diversas complicações interpretativas e filosóficas que cercam essa argumentação. Neste trabalho, porém, focaremos em aspectos específicos do tratamento aristotélico do PNC, que podem ser divididos em dois grupos: os metaontológicos e os semânticos. Os aspectos metaontológicos estão em maior evidência nos primeiros três capítulos de *Metafísica Gamma*, onde Aristóteles desenvolve sua defesa da atribuição do estudo do PNC à metafísica. Os aspectos semânticos, por sua vez, entram em jogo no quarto capítulo do mesmo livro, quando Aristóteles desenvolve o argumento elêntico.

Há ao menos dois aspectos metaontologicamente relevantes a serem considerados. O primeiro é sobre o domínio da metafísica, isto é: sobre quais itens devem ser contados como objetos de estudo da metafísica. Entre filósofos contemporâneos, o PNC é mais frequentemente considerado um objeto de estudo da lógica,⁴ o que torna saliente a escolha de Aristóteles de incluí-lo no domínio da metafísica.

Abordaremos esse primeiro aspecto examinando a justificação oferecida por Aristóteles de incluir o PNC no domínio da metafísica. O argumento em prol dessa inclusão é dado em *Metafísica Gamma* e faz uso da noção de atributos próprios do ente enquanto ente (1004a 9-21). A fim de esclarecer o que são esses atributos e como eles se relacionam com o PNC, oferecemos uma interpretação da expressão “ente enquanto ente” como denotando uma consideração supragenérica de entidades, um modo de discursar sobre o que há sem qualificação quanto ao gênero.

O segundo aspecto diz respeito à epistemologia da metafísica, ao modo como o conhecimento metafísico se dá e como ele é justificado. Esse aspecto será abordado usando duas estratégias. Primeiro, investigaremos o que Aristóteles diz em suas obras sobre o conhecimento científico em geral e o conhecimento científico de princípios em

⁴ Tuomas E. Tahko (2009) é uma exceção notável.

particular, e aplicaremos essas considerações epistemológicas ao PNC. Em seguida, analisaremos os argumentos sobre o PNC apresentados em *Metafísica Gamma* como exemplos de investigação metafísica do PNC, buscando entender as escolhas metodológicas de Aristóteles e suas implicações metaontológicas.

Continuando nossa análise dos argumentos, investigaremos a noção de significado envolvida no argumento elêtico. Para estruturar essa investigação, elencamos as seguintes questões: como Aristóteles concebe o significado linguístico? O que contaria como “pronunciar algo com sentido”? Como devem ser entendidas as qualificações que Aristóteles faz à sua demanda? E, por fim, qual é a relação entre o significado, o essencialismo e a não-contradição?

A primeira questão é sobre a concepção aristotélica do significado, enquanto a segunda indaga sobre os critérios adequados para avaliar o êxito de uma tentativa de significar. Por sua vez, a terceira questão é posta em referência ao trecho em que Aristóteles escreve que não é necessário exigir que seu interlocutor “afirme que algo é ou não é o caso”, desde que ele “queira dizer algo para si mesmo e para outro” (1006a 19-21). Por fim, a quarta questão diz respeito à metafísica de fundo que fundamenta o significado linguístico em Aristóteles.

Para abordar essas questões, primeiramente examinaremos o contexto argumentativo de *Metafísica Gamma*. Em seguida, recorreremos às discussões sobre o significado e a definição encontradas em *De Interpretatione*, nos *Segundos Analíticos* e nos *Tópicos*.

DESENVOLVIMENTO

PNC e o conhecimento científico

Antes de explorarmos a epistemologia da ciência aristotélica, é preciso distinguir entre, ao menos, dois contextos distintos em que se pode falar de “conhecimento científico”. Um deles é o contexto do conhecimento pessoal, que considera o corpo de conhecimento possuído por uma pessoa. Outro contexto é o conhecimento científico como um corpo de conhecimento, constituído por um conjunto de proposições articuladas que constituem uma certa disciplina ou domínio de investigação.

Para os nossos propósitos, esse segundo contexto será mais relevante, pois estamos indagando primeiramente sobre a posição do PNC em uma disciplina específica,

a metafísica, e só secundariamente sobre a epistemologia de primeiros princípios em geral. Especificamente, nosso objetivo é compreender o que Aristóteles quer dizer quando escreve que princípios como o PNC pertencem à metafísica (1005a 19-23) e que compete ao metafísico estudá-los (1005b 5-8) e discernir o que é verdadeiro e falso a respeito deles (1004b 15-16). Para a elucidação dessas afirmações, é mais relevante o contexto de uma disciplina científica do que o do conhecimento pessoal.

Tanto no contexto do conhecimento pessoal quanto no contexto de um corpo de conhecimento, o conhecimento científico tem uma estrutura silogística. Enquanto corpo de conhecimento, ele é composto de proposições organizadas em silogismos dedutivos de um certo tipo. Já enquanto conhecimento pessoal, ele é identificado com um silogismo desse tipo enquanto detido por um indivíduo e adequadamente aplicado e compreendido por ele. Isto é, o indivíduo possuidor de conhecimento científico não conhece apenas a conclusão de um silogismo científico, mas também conhece as premissas e a relação causal entre elas e a conclusão. Assim escreve Aristóteles nos *Segundos Analíticos*:

Julgamos conhecer cientificamente uma coisa qualquer, sem mais (e não do modo sofisticado, por concomitância), quando julgamos reconhecer, a respeito da causa pela qual a coisa é, que ela é causa disso, e que não é possível ser de outro modo. É evidente que conhecer cientificamente é algo deste tipo; pois tanto os que não conhecem julgam estar assim disposto, como também os que conhecem assim se dispõem de fato; por conseguinte, é impossível que seja de outro modo aquilo de que, sem mais, há conhecimento científico. (*Segundos Analíticos I*, 71b 9-17, trad. Lucas Angioni)

Esse tipo específico de silogismo, que doravante chamaremos de demonstração científica, tem algumas características particulares. Dentre essas, algumas características dizem respeito especificamente às premissas de uma demonstração científica. Tais premissas precisam cumprir alguns requerimentos explicitados por Aristóteles:

Assim, se o conhecer cientificamente é como propusemos, é necessário que o conhecimento demonstrativo provenha de itens verdadeiros, primeiros, imediatos, mais cognoscíveis que a conclusão, anteriores a ela e que sejam causas dela. (*Segundos Analíticos I*, 71b 19-22, trad. Lucas Angioni)

Dois desses requerimentos, o da anterioridade e o da cognoscibilidade, são problemáticos para o estudo do PNC. As premissas serem anteriores à conclusão significa que elas explicam a conclusão e não o inverso, pois a antecedem na cadeia causal. Já a maior cognoscibilidade tem dois aspectos: de um lado, as premissas são mais facilmente conhecidas por nós; de outro, elas nos permitem conhecer mais, pois explicam mais

coisas. Juntos, esses requerimentos tornam impossível que o PNC seja cientificamente demonstrado. Pois, se o PNC é o mais firme e cognoscível de todos os princípios, não existem proposições anteriores a ele e mais cognoscíveis que ele, em ambos os sentidos de cognoscibilidade.⁵ Assim, é evidente que, se o PNC faz parte do conhecimento científico, ele o faz de algum outro modo que não como a conclusão de uma demonstração científica.

Entretanto, Aristóteles escreveu que conhecemos algo cientificamente quando temos uma demonstração científica deste algo. Essa descrição, se interpretada como uma definição exaustiva do conhecimento científico, parece tornar impossível que outras coisas se não as conclusões de demonstrações científicas sejam adequadamente descritas como conhecimento científico.

Porém, o conhecimento de uma conclusão só é científico se acompanhado pelo conhecimento de premissas de um certo tipo, que são relacionadas de um certo modo com a conclusão. Assim, há itens que constituem o conhecimento científico na medida em que são condições necessárias para a demonstração científica. Esses itens são parte do conhecimento científico não porque foram demonstrados cientificamente, mas sim porque são, implicitamente ou explicitamente, pressupostos em uma demonstração científica.

Aristóteles chama esses itens de princípios silogísticos imediatos, e os divide entre teses e axiomas. Axiomas, como o PNC, devem ser pressupostos para toda e qualquer demonstração científica, enquanto teses só precisam pressupostas em certos contextos ou domínios. Assim estabelece Aristóteles:

Entre os princípios silogísticos imediatos, entendo por tese aquele que não é possível provar, nem é necessário que detenha quem houver de aprender algo. Por axioma, entendo aquele que é necessário que detenha quem houver de aprender qualquer coisa que seja. (*Segundos Analíticos I*, 72a 14-17, trad. Lucas Angioni)

É dessa maneira, então, que o PNC faz parte do conhecimento científico: como um princípio silogístico imediato que não pode ser demonstrado cientificamente, mas que é uma condição necessária para o conhecimento científico. Essas duas propriedades, a imediatez e a indemonstrabilidade, são noções intrinsecamente relacionadas que,

⁵ Este problema foi posto por Code em “*Aristotle’s Investigation of a Basic Logical Principle*”, de 1986.

juntamente, caracterizam o modo como princípios são conhecidos na ciência aristotélica.⁶

As duas noções estão em jogo em ambos os contextos do conhecimento científico que distinguimos anteriormente. Como foi estabelecido, a presente análise será focada no contexto de um corpo de proposições constituinte de uma disciplina científica. Neste contexto, um princípio é indemonstrável quando é impossível demonstrá-lo cientificamente por meio das demais proposições deste mesmo corpo de conhecimento, e é conhecido de modo imediato quando é possível conhecê-lo sem o uso dessas proposições.

Assim, as duas noções convergem, de tal modo que a imediatez pode ser entendida como o corolário positivo da indemonstrabilidade, que é negativa. Isto é: enquanto a indemonstrabilidade nega a possibilidade do conhecimento mediato de um certo princípio, a imediatez afirma a possibilidade do conhecimento imediato do mesmo.

Empregamos a expressão “conhecimento mediato” para denotar uma proposição que é conhecida por meio de outra. Uma proposição *A* é conhecida por meio de uma outra proposição *B* quando *B* é premissa de uma demonstração científica cuja conclusão é *A*. Nos termos da descrição aristotélica do conhecimento científico, *B* seria um dos itens de onde provém o conhecimento de *A*. Assim, o conhecimento mediato é, ao menos neste contexto, oriundo da demonstração científica, enquanto o conhecimento imediato é obtido de algum outro modo.⁷

É importante frisar que o que está em jogo é especificamente a possibilidade de demonstrar cientificamente, não a possibilidade de elaborar silogismos válidos. O aspecto que caracteriza unicamente a demonstração científica e a distingue de outras formas válidas de silogismo é a relação explanatória entre as premissas e a conclusão. Angioni (2012) argumenta convincentemente pela distinção entre um silogismo meramente válido e uma demonstração científica que captura uma relação causal, escrevendo:

[...] Aristóteles propõe uma distinção entre, de um lado, a mera relação de consequência entre premissas e conclusão e, de outro, a relação explanatória entre premissas e conclusão. A segunda relação envolve a primeira, mas não vice-versa. Se há uma relação explanatória entre premissas e conclusão, há entre elas uma relação de consequência, mas não inversamente: nem toda relação de consequência é uma relação explanatória. (ANGIONI, 2012, p. 19)

⁶ Lucas Angioni aponta a similaridade entre essas duas noções em *Os Seis Requisitos Da Demonstração Científica em Aristóteles* (2012).

⁷ Aqui, deixamos de lado a questão sobre como itens imediatos são de fato conhecidos. Para uma discussão aprofundada deste problema, ver Zuppolini (2016).

As teses e os axiomas podem ser distinguidos como, respectivamente, princípios indemonstráveis e imediatos relativos às demais proposições de um certo corpo de conhecimento, e princípios indemonstráveis e imediatos relativos às proposições de todos os corpos de conhecimento possíveis. Pois os axiomas, como condições necessárias para todo e qualquer conhecimento, constituem, ao menos implicitamente, todos os corpos de conhecimento. As teses, por sua vez, não precisam ser pressupostas para que haja conhecimento, e, conseqüentemente, só são princípios daqueles corpos de conhecimento em que são pressupostas.

Por que a metafísica estuda o PNC?

A justificação que Aristóteles emprega para caracterizar o PNC como um objeto de estudo da metafísica faz uso da noção de atributos próprios do ente enquanto ente. Para entender essa noção, é preciso antes entender a noção de ente enquanto ente, que Aristóteles descreve como sendo o objeto de estudo próprio da metafísica:

Há uma ciência que estuda o ente enquanto ente e aquilo que se lhe atribui em si mesmo. Ela não é idêntica a nenhuma das assim chamadas ciências particulares: de fato, nenhuma outra examina universalmente a respeito do ente enquanto é ente, mas, tendo recortado uma parte do mesmo, estudam o que decorre a respeito dela, por exemplo, as ciências matemáticas. (*Metafísica IV*, 1003a 21-25, trad. Lucas Angioni)

A passagem acima deixa claro que Aristóteles usa a expressão “ente enquanto é ente” para qualificar o modo como a metafísica estuda os entes, e o contrasta com o modo como as ciências particulares os estudam. Trata-se de uma distinção epistêmica, não ontológica. Isto é, não há uma entidade ou mesmo um gênero de entidades que corresponde ao “ente enquanto ente”, pois na realidade, cada ente pertence a algum gênero, e é só por um esforço cognitivo de abstração que podemos considerá-los de modo supragenérico.

Ao investigar o ente enquanto ente, portanto, o metafísico investiga toda e qualquer entidade independentemente de gênero, e é dessa maneira que ele consegue conhecer tudo sem conhecer cada coisa particular (982a 8-9). Em *Metafísica Epsilon*, Aristóteles novamente contrasta a consideração genérica dos entes envolvida nas ciências particulares com a consideração supragenérica que caracteriza a metafísica:

[...] Todas elas [as ciências particulares], circunscrevendo-se a algum ente (isto é, a algum gênero), a ele se dedicam, mas não se dedicam ao ente, sem mais, nem ao ente enquanto ente, nem propõem nenhuma explicação a respeito do “o que é”. (*Metafísica VI*, 1025b 8-11, trad. Lucas Angioni)

Aristóteles argumenta que o PNC é um princípio atribuível indiscriminadamente a tudo o que existe e não somente a um gênero ou recorte específico do ser. Portanto, se há uma disciplina que examina indiscriminadamente o ser enquanto é ser, caberá a essa disciplina examinar o PNC. Assim raciocina Aristóteles:

Devemos discernir se compete a uma única ciência, ou a ciências distintas, estudar os assim chamados (nas matemáticas) axiomas e a essência. Ora, é evidente que a investigação sobre eles compete a uma única ciência: à do filósofo; pois eles atribuem-se a todos os entes, e não peculiarmente a um gênero, à parte dos outros. (*Metafísica IV*, 1005a 19-23, trad. Lucas Angioni)

Não é imediatamente claro, entretanto, que o PNC é atribuível a tudo. Como aponta Code (1999), o PNC não é explicitamente um princípio sobre o ser enquanto é ser, mas sim sobre a contrariedade. A contrariedade é, juntamente com a pluralidade, a unidade, a alteridade e a semelhança, um dos itens que dizem respeito propriamente ao ente enquanto é ente. Tais itens podem ser entendidos como os predicados mais abstratos, atribuíveis a todos os entes porque são entes e não porque são algum gênero de ente. São eles que Aristóteles denomina acidentes próprios do ente enquanto ente, e correspondem aos itens atribuíveis a tudo o que há de modo supragenérico.

Para fins ilustrativos, consideremos um caso análogo pertinente a uma das ciências que, diferentemente da metafísica, estuda um gênero de ente: a física. O domínio da física aristotélica é constituído pelos entes naturais, definidos como possuidores de princípio interno de movimento. Um dos itens propriamente atribuídos aos entes naturais é, então, o movimento. A propriedade de estar em movimento é atribuível indiscriminadamente a todos os entes naturais, não enquanto são, por exemplo, animais, mas enquanto são entes naturais. De modo análogo, itens como a contrariedade são atribuíveis a todos os entes, não enquanto são, por exemplo, naturais, mas enquanto são entes.

Nota-se, porém, que nem todo ente natural está em movimento a todo momento. Não é necessário que uma propriedade seja efetivamente atribuída a todos os entes de um certo domínio para que ela seja uma propriedade própria dos entes desse domínio, mas sim que ela seja potencialmente atribuída a todos os entes desse domínio e somente a eles. De fato, também o repouso é um atributo próprio dos entes naturais, pois é igualmente ininteligível afirmar sobre um ente não-natural que está em repouso ou que está em

movimento. Assim, o que faz com que o repouso e o movimento sejam atributos próprios dos entes naturais é o fato de que eles, e unicamente eles, são as entidades que adequadamente recebem o atributo de estar em repouso ou em movimento.

De modo análogo, dizemos que cada ente é ou semelhante ou alterno em certo aspecto e em relação a algo. Trata-se de um par de itens que diz respeito propriamente a um certo conjunto de entidades, ainda que nenhum dos pares seja, ao mesmo tempo, coextensivo com todos os indivíduos desse domínio. O mesmo ocorre com a semelhança e a alteridade, que são atribuíveis propriamente aos entes enquanto são entes, não porque todo ente é semelhante ou porque todo ente é alterno, mas porque, para cada ente, pode-se dizer que, em certo aspecto e em relação a um certo algo, é ou semelhante ou alterno.

Similarmente, a contrariedade é dita de cada ente que, em certo aspecto, é o contrário de um certo algo. Dizemos, por exemplo, que o contrário do branco é o não-branco, e que Sócrates é ou branco ou não-branco, atribuindo ao sujeito um de um par de contrários mutuamente exclusivos. A contrariedade seria, então, a maior diferença entre dois itens, e competiria à mesma ciência que estuda a diferença estudar também a contrariedade. Assim argumenta Aristóteles:

Dado que compete a uma ciência única estudar os opostos, e que ao um opõe-se o múltiplo, e compete a uma ciência única estudar a negação e a privação porque, de ambos os modos, estuda-se uma só coisa, da qual é a negação ou a privação [...] conseqüentemente, compete à mencionada ciência conhecer também os opostos dos itens que foram mencionados, o *outro*, o *dessemelhante*, o *desigual* e todos os demais que se dizem ou de acordo com estes, ou de acordo com o múltiplo e o um, entre os quais está também a contrariedade (pois a contrariedade é uma diferença, e a diferença é uma alteridade). (*Metafísica IV*, 1004a 9-21, trad. Lucas Angioni)

Está estabelecido que o PNC é sobre a contrariedade, mas não, ainda, que cabe à mesma ciência que estuda a substância o estudo de itens como a contrariedade. Poder-se-ia sugerir que correspondem a duas ciências distintas, ou até mesmo que cada atributo próprio dos entes enquanto são entes pertence a uma ciência particular. Essa questão é posta por Aristóteles em *Metafísica Beta* (995b 18) e, em *Metafísica Gamma*, ele nos responde, dizendo que cabe a uma mesma ciência estudar a substância e seus acidentes próprios. Para sustentar essa afirmação, é traçada uma analogia com a saúde:

“Ente” se diz de muitas maneiras, mas em relação a algo único e a uma natureza única, isto é, não de maneira homônima, mas, assim como tudo que é saudável denomina-se desse modo em relação à saúde, tal coisa, por preservá-la, tal outra, por produzi-la, tal outra, por ser sinal da saúde, tal outra, por ser capaz de recebê-la [...] De fato, certas coisas denominam-se entes porque são

essências, outras, porque são afecções da essência, outras, porque são processos em direção à essência, ou corrupções, ou privações, ou qualidades, ou fatores que produzem ou geram essência ou algum item que se diz em relação à essência, ou negações de algum destes, ou da essência. (*Metafísica IV*, 1003a 33-37 e 1003b 5-10, trad. Lucas Angioni)

Cabe à mesma disciplina que estuda a saúde estudar não só o sentido primário de saúde, mas também as diversas outras maneiras em que o termo é empregado, relacionando-as ao seu sentido primário. Assim, cabe ao estudioso da saúde investigar por que, por exemplo, a propriedade de promover a saúde é atribuída a certos itens, e avaliar a verdade ou falsidade dessas atribuições. De modo análogo, cabe ao metafísico estudar a aplicação primária de “ente”, que é à substância, mas também estudar os outros modos de aplicar o termo, avaliando-os e relacionando-os ao modo primário de aplicação. Essa estratégia de investigação metafísica foi exposta por Alan D. Code:

Primeiro [essa estratégia] é usada para explicar como pode haver um tratamento unificado do ente. [Aristóteles] mostra que, apesar do fato de que não há uma única condição em virtude de qual todos os entes são adequadamente denominados “ente”, pode haver, ainda assim, uma única ciência do ente – uma ciência que estuda ambos os entes primários e aquelas coisas cuja existência depende deles. A palavra “ente” tem um único significado em sua aplicação às substâncias, qualidades, quantidades, e assim em diante, mas ainda assim ela se aplica de modo primário às substâncias, e de modo derivado a todo o resto. A aplicação do termo “ente” a coisas que não são substâncias deve ser explicada por meio de relacioná-las adequadamente às substâncias, as instâncias primárias do ente. Segundo, essa é a estratégia que o metafísico utiliza para investigar todas as características próprias do ente (como a unidade, a semelhança, a alteridade, a contrariedade e coisas do tipo). (CODE, 1999, p. 169, tradução nossa)

A mesma estratégia é, portanto, utilizada para defender uma posição metaontológica sobre a unidade da metafísica e também para a execução da tarefa do metafísico de estudar os acidentes próprios do ente enquanto ente. E cabe ao estudioso de certos objetos afirmar e avaliar os princípios mais firmes sobre esses mesmos objetos. No caso dos acidentes próprios do ente enquanto ente, o princípio mais firme sobre eles é o PNC. Assim afirma Aristóteles:

E convém que aquele que mais conhece a respeito de cada gênero seja capaz de enunciar os princípios mais firmes do assunto, de modo que também aquele conhece a respeito dos entes enquanto são entes é capaz de enunciar os princípios mais firmes de todas as coisas. E este é o filósofo. E o princípio mais firme de todos é aquele a respeito do qual é impossível enganar-se. [...] Assim, que um tal princípio é o mais firme de todos, é evidente; mas qual ele é, digamo-lo depois disso: é impossível que o mesmo seja atribuído e não seja atribuído ao mesmo tempo a um mesmo subjacente e conforme ao mesmo aspecto. (*Metafísica IV*, 1005b 7-1 e 17-20, trad. Lucas Angioni)

Como a metafísica estuda o PNC?

Dado que itens como a contrariedade são objetos de estudo metafísico pois são os atributos próprios do ente enquanto ente, segue-se que, assim como todos os cientistas fazem com seus respectivos objetos de estudo, o metafísico deverá buscar demonstrar afirmações a respeito de itens como a contrariedade. O PNC é, como foi estabelecido acima, um princípio sobre a contrariedade, mas não é um dos itens que o metafísico busca demonstrar. O PNC, assim como a definição da contrariedade como a maior diferença, é um dos componentes indemonstráveis do conhecimento metafísico, e, portanto, é um dos itens a partir dos quais o metafísico elaborará suas explicações, mas não explicará.

Aristóteles concebe a presença desses componentes indemonstráveis como um aspecto que possibilita o conhecimento científico e o caracteriza como tal. O cientista não poderia, por necessidade, demonstrar todas as afirmações que avança. Se pudesse, haveria uma regressão ao infinito e nenhuma demonstração seria bem-sucedida. Assim raciocina Aristóteles:

Mas, por falta de formação, alguns exigem que também isso [o PNC] seja demonstrado; de fato, é falta de formação não reconhecer de que coisas é preciso procurar demonstração e de que coisas não é preciso; pois, em geral, é impossível haver demonstração de absolutamente tudo (pois se prosseguiria ao infinito, de modo que nem assim haveria demonstração). (*Metafísica IV*, 1006a 5-10 trad. Lucas Angioni)

Como foi estabelecido na discussão sobre o lugar dos princípios na ciência aristotélica, esses itens impossíveis de serem demonstrados são ou teses ou axiomas. Os axiomas, como o PNC, são condições necessárias para a demonstração científica. Logo, eles são, em um certo sentido, conhecidos por todos os cientistas. O que difere, então, o conhecimento que o metafísico tem desses axiomas do conhecimento que cientistas de qualquer outra disciplina têm dos mesmos? Aristóteles afirma que todos que fazem demonstrações usam esses axiomas, mas só na medida em que são relevantes para seus objetos de estudo primários:

E todos deles utilizam, porque atribuem-se ao ente enquanto ente, e todo gênero é ente. No entanto, utilizam-se deles na exata medida em que lhes é suficiente, isto é, até onde se estende o gênero a respeito do qual apresentam suas demonstrações. (*Metafísica IV*, 1005a 23-25, trad. Lucas Angioni)

Em contrapartida, os metafísicos não só utilizam dos princípios, mas também indagam sobre a verdade ou falsidade deles e fazem afirmações sobre eles (1005a 29-30). Pois, embora princípios como o PNC sejam, em sentido geral, atribuídos aos objetos de estudo de todas as ciências, eles são propriamente atribuídos aos objetos de estudo da metafísica, isto é, ao ente enquanto entes e seus acidentes próprios. Assim, o metafísico está unicamente equipado para adequadamente avaliar e compreender princípios como o PNC.

Como apontado por Zuppolini (2016), o conhecimento imediato de itens indemonstráveis não pode ser adequadamente compreendido sem que seja reconhecida a sua interdependência em relação ao conhecimento mediato de itens demonstráveis. O conhecimento mediato depende do conhecimento imediato pois os princípios são ou usados como premissas em demonstrações ou pressupostos como condições necessárias para a demonstração científica. Entretanto, esses princípios só são adequadamente conhecidos quando são reconhecidos como princípios, e ser um princípio de um certo corpo de conhecimento é estar em certa relação com as demais proposições deste mesmo corpo. Assim argumenta Zuppolini:

[...] Uma proposição não pode ser considerada um primeiro princípio da ciência independentemente de seu papel explanatório em demonstrações. Se voç é conhecimento de primeiros princípios enquanto primeiros princípios, sua aquisição depende do entendimento da sua posição no corpo da ciência como um todo, o que envolve a prática de demonstrar, a partir deles, outras proposições menos básicas. (ZUPPOLINI, 2016, p. 201, tradução nossa)

Assim, conhecer os princípios indemonstráveis de uma certa disciplina envolve conhecer as relações explanatórias que eles têm com as demais proposições dessa disciplina. Por isso, é o metafísico que cientificamente conhece e investiga o PNC, pois é ele que conhece as demais proposições que compõem o corpo de conhecimento a qual o PNC pertence e como essas proposições são articuladas e relacionadas entre si, de tal maneira que consegue adequadamente conhecer o PNC como um princípio.

Parte do conhecimento demonstrável de uma disciplina é o que Code (1999) denomina teoremas, definidos como afirmações cuja verdade necessariamente segue de axiomas ou teses. Teoremas são necessariamente verdadeiros, mas essa verdade é explicada por princípios silogísticos cuja verdade, por sua vez, não requer explicação. A tarefa do metafísico aristotélico seria, ao menos em parte, mostrar como os teoremas da metafísica são adequadamente explicados por suas teses e axiomas. Nos argumentos que

Aristóteles desenvolve a partir do terceiro capítulo de *Metafísica Gamma*, encontramos exemplos da execução dessa tarefa.

No caso do argumento denominado por Wedin (2004) de argumento da indubitabilidade, Aristóteles busca defender o estatuto do PNC como o princípio mais firme. Entendendo que o princípio mais firme seria aquele sobre qual é impossível errar, e que errar sobre o PNC consistiria em crer em contradições, Aristóteles argumenta que a crença em contradições seria uma violação do PNC, pois implicaria que um mesmo indivíduo teria, ao mesmo tempo e sobre a mesma afirmação, disposições doxásticas contraditórias. Logo, se o PNC é verdadeiro, é impossível crer em contradições e, portanto, impossível errar sobre o PNC, fazendo dele o princípio mais firme. Assim, esse argumento ao mesmo tempo explica a verdade da afirmação de que o PNC é o princípio mais firme, ao mostrar que ela segue da verdade do PNC, e demonstra que ela é um teorema metafísico, pois é implicada por um axioma metafísico.

O argumento elêntico, por sua vez, não demonstra um teorema usando o PNC, mas defende uma afirmação sobre o PNC usando outros princípios metafísicos. Especificamente, ele busca mostrar, a partir da natureza do significado linguístico e da definição, que o PNC é uma condição necessária para o discurso inteligível.⁸ O argumento elêntico apresenta diversas dificuldades interpretativas, devido em parte à sua estrutura argumentativa peculiar, e em parte à noção de significado envolvida nele. Em capítulos subsequentes, exploraremos essas questões a fundo. Entretanto, quanto aos aspectos metaontologicamente relevantes, é razoavelmente claro que o argumento elêntico avança uma afirmação sobre o PNC e o faz utilizando outras afirmações metafísicas.

Em ambos esses exemplos, observamos o estudo metafísico do PNC em ação. Aristóteles faz afirmações sobre o PNC e as defende usando ou outras proposições que compõem o corpo de conhecimento da metafísica ou o próprio PNC. Desse modo, Aristóteles exemplifica a descrição que ele mesmo ofereceu, segundo a qual cabe ao metafísico avaliar e fazer afirmações sobre os axiomas silogísticos.

Argumentos desse tipo expandem e enriquecem o conhecimento metafísico na medida em que contribuem para a sistematização das afirmações que julgamos serem verdadeiras a respeito do ser enquanto ser. Isto é, elas mostram que os axiomas e teoremas da metafísica estão adequadamente relacionados, de tal modo a dissipar confusões acerca desse domínio. Por exemplo, é concebível que alguém, por falta de instrução, afirme ao

⁸ Para uma defesa aprofundada dessa interpretação, ver Coren (2018).

mesmo tempo a verdade do PNC e a possibilidade da crença em contradições, mas, se a argumentação de Aristóteles estiver correta, essa é uma confusão a ser corrigida pelo estudo da metafísica.

A noção de significado no argumento *elêntico*

Antes de nos aprofundarmos na concepção aristotélica do significado, é importante percorrer pelo argumento elêntico a fim de estabelecer o contexto do nosso problema. O argumento começa com a exigência de que nosso interlocutor signifique algo:

Mas é possível demonstrar refutativamente até mesmo que isso [ao mesmo tempo ser e não ser] é impossível, se o disputante apenas pronunciar algo com sentido. (*Metafísica IV*, 1006a 11-12, trad. Lucas Angioni)

Aristóteles então qualifica a sua exigência, escrevendo que não é necessário que o interlocutor enuncie uma expressão complexa:

O princípio contra todos os argumentos desse tipo não é exigir que o adversário afirme que algo é ou não é o caso (pois alguém poderia julgar que isso já é postular no princípio), mas exigir que o adversário ao menos queira dizer algo para si mesmo e para outro; e isto é necessário, se ele pretende dizer algo com sentido; pois, se ele não o pretendesse, não haveria argumentação com um tal tipo, nem dele mesmo consigo mesmo, nem com outro. (*Metafísica IV*, 1006a 18-23, trad. Lucas Angioni)

Então, Aristóteles não exige que seu interlocutor enuncie uma sentença ou frase, mas apenas um termo que significa algo; isto é: uma denominação ou nome. Enquanto sentenças⁹ significam algum estado de coisas, denominações significam algum indivíduo ou algum grupo de indivíduos. Aristóteles caracteriza o significado de denominações da seguinte maneira:

Primeiramente, então, é evidente que isto, ao menos, é em si mesmo verdadeiro: que uma denominação significa ser (ou não ser) tal e tal coisa, de modo que não é possível que tudo se comporte assim e não assim. (*Metafísica IV*, 1006a 28-30, trad. Lucas Angioni)

⁹ Mais precisamente, o que significa não são as sentenças, mas as proposições expressas por sentenças. Para os nossos propósitos, deixamos de lado considerações sobre proposições.

Nesta caracterização, Aristóteles associa o significado de denominações a definições, pois uma denominação significa (σημαίνει) ser ou não ser um certo algo (τὸ εἶναι ἢ μὴ εἶναι τοδί) e a definição é precisamente o enunciado do que é o ser para um certo algo. Nos *Tópicos*, Aristóteles escreve que uma definição é “uma sentença que significa o que era ser” (101b37-102a1, tradução nossa).¹⁰ A expressão que aqui traduzimos literalmente como “o que era ser”¹¹, τὸ τί ἦν εἶναι, é tradicionalmente traduzida como “essência” e é extensionalmente equivalente a esse termo, na medida em que ambos referem à natureza de algo, ou às propriedades que fazem que algo seja aquilo que é.

Desse modo, podemos dizer que a definição é a enunciação da essência. Porém, conceber a definição em termos de essência gera complicações para lidar com denominações referentes a não-entes, como “bode-cervo”. Essas complicações serão exploradas adiante, quando será considerada a relação entre as noções de essência e de definição. Por enquanto, consideraremos que a definição como concebida por Aristóteles é a enunciação da essência ao menos nos casos de predicções sobre entes que realmente existem.

Da caracterização oferecida do significado de denominações, emerge que a definição e, conseqüentemente, algum comprometimento essencialista, são condições necessárias para a significação de uma denominação. Pois uma denominação significa ser algo, e a definição é a descrição daquilo que algo é, de tal modo que, se uma denominação é significativa, ela também é definida ou, ao menos, definível. É por isso que, no contexto dialético do argumento elêntico, Aristóteles pode pedir que seu interlocutor defina aquilo que foi significado. Tendo sido obtida uma definição, o argumento pode prosseguir.

Durante o restante do argumento, Aristóteles utilizará como exemplo a denominação “homem”. Para os propósitos de seu argumento, é estabelecido que a definição de “homem” será “animal bípede”:

Além do mais, se “homem” significa uma só coisa, seja isso “animal bípede”. E entendo por “significar uma só coisa” isto: se homem é tal coisa, e se algo é homem, este algo será o ser para homem. (*Metafísica IV*, 1006a 31-33, trad. Lucas Angioni)

¹⁰ Nossas traduções dos *Tópicos* são feitas a partir da tradução em inglês de Robin Smith (1997).

¹¹ O tempo verbal da expressão está no pretérito, mas isso parece ser uma mera peculiaridade linguística que não altera o significado da frase.

Como vimos, as noções de definição e essência estão intimamente relacionadas, e ambas são de suma importância para o argumento elêntico. De fato, é por meio delas que Aristóteles chega à sua conclusão:

Assim, conforme foi dito no começo, admita-se que uma denominação significa algo e significa uma só coisa; então, não é possível que o ser para homem signifique aquilo que precisamente o não-ser para homem é, uma vez que “homem” não apenas designa a respeito de uma coisa, mas também significa uma só coisa. [...] E não há de ser possível que uma mesma coisa seja e não seja. (*Metafísica IV*, 1006b 11-15 e 18-19, trad. Lucas Angioni)

E, por fim:

Ora, se é verdadeiro dizer que algo é homem, é necessário que ele seja animal bípede (pois era isso que “homem” significava); e, se isso é necessário, não é possível que ele mesmo não seja animal bípede (pois “ser necessário” significa isto: ser impossível não ser); portanto, não é possível que seja simultaneamente verdadeiro dizer que uma mesma coisa é homem e não é homem. (*Metafísica IV*, 1006b 29-33, trad. Lucas Angioni)

Tendo enunciado “homem”, nosso interlocutor estaria implicitamente comprometido com alguma definição desse termo ou ao menos com a sua definibilidade. Caso contrário, uma condição necessária para a significação não teria sido cumprida, e nada de significativo teria sido dito. E, como vimos, a definição é uma frase, não um termo simples como “homem”. Assim explicita Aristóteles:

Uma definição é uma frase que significa o que era ser. Ela é dada ou como uma frase no lugar de uma palavra ou como uma frase no lugar de uma frase (pois também é possível definir algo significado por uma frase). Mas a respeito daqueles que respondem com uma palavra (qualquer que seja), claramente eles não estão dando a definição do sujeito, pois toda definição é uma frase. (*Tópicos I*, 101b37-102a6, tradução nossa)

Ao pedir uma definição, então, Aristóteles faz com que o seu interlocutor dê assentimento a uma frase, como “homem é bípede”. Assim, esse interlocutor estaria afirmando que algo é, o que é precisamente aquilo que Aristóteles deixou de incluir em sua demanda inicial para evitar a acusação de petição de princípio. No presente estágio argumentativo, porém, esse mesmo pedido é legítimo, já que o interlocutor se comprometeu com a enunciação de algo significativo e, conseqüentemente, definível. Tendo obtido uma frase afirmada por seu interlocutor, Aristóteles tem o que precisa para concluir seu argumento.

Uma implicação lógica trivial de qualquer sentença afirmativa é que a sua negação é falsa. Isto é, se a proposição “homem é bípede” é verdadeira, então, necessariamente, a proposição “homem não é bípede” é falsa. Logo, o interlocutor de Aristóteles se comprometeu com a verdade de ao menos uma sentença e, conseqüentemente, não pode afirmar o contrário dessa mesma sentença. Esse passo argumentativo só é possível quando o interlocutor afirma uma sentença complexa, pois elas têm valor de verdade, enquanto termos simples não. Aristóteles explicita esse ponto em *De Interpretatione*:

Assim como alguns pensamentos na alma não são verdadeiros nem falsos enquanto outros são necessariamente ou verdadeiros ou falsos, assim também são os sons enunciados. Pois verdade e falsidade dizem respeito a combinação e separação. Então nomes e verbos neles mesmos – por exemplo “homem” ou “branco” com nada mais adicionado – são como os pensamentos que não têm combinação ou separação; pois até então eles não são verdadeiros nem falsos. (*De Interpretatione*, 16a 9-16, tradução nossa)¹²

É por isso, então, que Aristóteles, no início do argumento, pede que seu interlocutor enuncie um termo e não uma sentença. Um interlocutor bem-preparado se recusaria a afirmar uma sentença, pois saberia que ela implicaria a conclusão que ele quer negar.

Porém, essa conclusão é o suficiente apenas para refutar o contrário do PNC, isto é: que todas as contradições são verdadeiras. Ela não parece ser suficiente para refutar o contraditório do PNC, isto é: que pelo menos uma contradição é verdadeira.

Se o argumento elêntico ataca o contrário do PNC e não seu contraditório, ele não parece ser uma boa defesa do PNC. Pois ainda seria possível negar o PNC ao afirmar que somente algumas contradições são verdadeiras, e esta é a posição de filósofos contemporâneos que negam o PNC, como Graham Priest¹³. Daniel Coren (2018), lidando com esse problema, argumenta que essa objeção não é fatal, elencando as seguintes razões:

[o Estagirita] apresenta uma defesa do PNC que é (1) direcionada a oponentes reais e radicais que Aristóteles via como tendo posições profundamente conectadas ao PNC; (2) deve ser um tipo particular de defesa indireta ao invés de uma demonstração direta; e (3) demonstra que a comunicação coerente depende da não-contradição. Lida desta maneira, a defesa de Aristóteles do PNC é não só historicamente e dialeticamente perdoável e razoável, mas também filosoficamente atrativa. Ele argumenta bem convincentemente a

¹² Nossa tradução é feita a partir da tradução em inglês de J. L. Ackrill (1975).

¹³ Priest defende essa posição em uma discussão direta com Aristóteles em “*To Be and Not to Be – That is the Answer*” de 1998.

favor da rejeição não só do contrário do PNC mas também do contraditório do PNC. (COREN, 2018, p. 59, tradução nossa)

O primeiro ponto é referente aos filósofos antigos que Aristóteles interpretava como defendendo ou o contrário do PNC ou posições que implicam o contrário do PNC. Anaxágoras, por exemplo, teria uma posição segundo qual tudo está sempre em uma mistura e, por isso, nada é determinadamente um certo algo (1007b 21). Já a Protágoras é atribuída a posição segundo qual todas as opiniões são verdadeiras, de tal modo que qualquer opinião e a sua negação seriam igualmente verdadeiras (1007b 25).

O segundo ponto foi explicado quando exploramos a epistemologia de princípios de Aristóteles e o estatuto do PNC como um axioma da metafísica. O terceiro ponto elencado por Coren é o que foi sugerido por nossa análise da estrutura do significado e da definição, e é este o tópico sobre qual nos aprofundaremos durante restante deste trabalho.

Porém, se nossa reconstrução for fiel à argumentação de Aristóteles, um problema já se apresenta como saliente: o interlocutor de Aristóteles, que nega o PNC, presumidamente também negaria que a verdade de uma proposição implica a falsidade de sua negação. Logo, o passo lógico usado por Aristóteles não seria legítimo para o seu interlocutor, e o argumento perderia sua força.

Há ao menos duas respostas possíveis a essa objeção. Primeiro, como sugerimos anteriormente, Aristóteles parece considerar o argumento da indubitabilidade bem-sucedido, isto é: que ele demonstra que a crença em contradições é impossível. Isso implicaria que Aristóteles se vê como argumentando com um interlocutor que não crê em contradições, mas apenas diz que crê. Então, o objetivo do argumento elético não precisa e aparentemente não pode ser convencer o seu oponente da verdade do PNC, apenas uma espécie de sucesso dialético que não supõe convencimento.

Em um contexto dialético, ambas as partes concordam, de antemão, a aceitar as regras do jogo dialético. No contexto do argumento elético, o interlocutor de Aristóteles teria o direito de se recusar a aceitar regras que pressupõem ou implicam o PNC. Algumas regras, entretanto, seriam condições mínimas para a comunicação dialética, de tal modo que o interlocutor, ao se submeter à argumentação e aceitar a demanda de enunciar algo significativo para ele mesmo e para outros, já estaria implicitamente comprometida com elas. Uma dessas regras mínimas seria o comprometimento com aquilo que já foi dito, isto é: se o interlocutor afirma uma sentença, ele não poderia, em seguida, negá-la, pois isso impossibilitaria a realização do procedimento dialético. Se esse for o contexto do

argumento elêntico, o interlocutor não poderia afirmar a negação da sentença que ele mesmo afirmou, e, conseqüentemente, o argumento seria bem-sucedido.

A segunda resposta, independente da interpretação envolvida na primeira, é que, ao definir “homem” contraditoriamente, nosso interlocutor deixa de dizer algo significativo. Aristóteles pede de nosso interlocutor uma enunciação que significa algo não só para ele mas também para outro (1006a 21-22), e escreve que, tendo obtido isso, já teríamos algo determinado (1006a 24-25). Em outras palavras, é preciso que a enunciação signifique um certo algo e que seja comunicável. Uma expressão como “homem é bípede e não-bípede” não fixa algo determinado, pois atribui propriedades mutualmente exclusivas ao sujeito, e não comunica algo inteligível para outros, pois não cumpre um dos critérios do sucesso semântico: a correspondência a um conteúdo mental compartilhado por outros.

Este último critério é relevante pois é parte da descrição do significado oferecida por Aristóteles em *De Interpretatione*. Nessa descrição, é afirmado que signos linguísticos simbolizam, primeiramente, certos itens na alma que são compartilhados por todos, e esses itens se relacionam com a realidade extramental por meio da percepção. Assim escreve Aristóteles:

Sons enunciados são símbolos de afecções da alma, e marcas escritas são símbolos de sons enunciados. Nem as marcas escritas nem os sons enunciados são as mesmas para todos. Mas aquilo que eles simbolizam em primeiro lugar – as afecções da alma – são as mesmas para todos; e aquilo que as afecções assemelham – coisas – são claramente as mesmas para todos. Esses assuntos foram discutidos no trabalho sobre a alma e não pertencem à discussão atual. (*De Interpretatione*, 16a 3-9, tradução nossa)

Esta descrição é simples e breve. E, embora Aristóteles discursasse sobre o significado em outras obras, ele não nos oferece uma descrição mais completa do que esta do processo da significação. Porém, mesmo essa breve passagem contém aspectos filosóficos importantes que merecem ser explorados. Primeiramente, observamos que há uma conexão mediada porém ininterrupta entre o signo linguístico enunciado ou escrito e o objeto no mundo a que o signo refere.

O que media a conexão entre esses signos e as coisas no mundo são certas afecções mentais. Essas afecções, diferentemente dos signos, não variam com a cultura, pois são diretamente relacionadas à realidade extramental. O fato de que essas afecções são compartilhadas por todos é o que possibilita a comunicação linguística, de tal modo que um indivíduo pode relacionar um signo enunciado por um outro a uma afecção em sua

própria alma. E é por isso que “homem bípede e não-bípede” não comunica algo, pois não há uma afecção na alma, nem uma coisa fora dela, que corresponde a essa descrição. Mesmo que o interlocutor do argumento elêntico insista que a expressão é significativa para ele, foi requerido que ela seja significativa para outro, e em especial para seu adversário, que crê no PNC.

Tornemos nossa atenção, então, a essas “afecções na alma” (παθήματα τῆς ψυχῆς) e seus correspondentes “coisas” (πράγματα). Aristóteles não especifica o sentido dessas expressões, e elas são bastante obscuras. O termo que hesitantemente traduzimos como “coisas” é extremamente geral e não necessariamente denota um objeto, mas pode significar também estados de coisas, fatos e circunstâncias. Ademais, a relação entre essas afecções e essas coisas é uma de semelhança, e Aristóteles afirma, no *De Anima*, que são os perceptíveis próprios de cada sentido que primariamente afetam a alma e aos quais ela se assemelha. Assim, é possível ler “πράγματα” como referindo a coisas como a luz e o som, que são os perceptíveis próprios, respectivamente, da visão e da audição.

Entretanto, não é claro como esses perceptíveis poderiam ser portadores de significado e, em todo o caso, Aristóteles reconhece uma capacidade psíquica, a imaginação, por meio da qual é possível combinar dados sensoriais brutos para formar imagens de objetos compostos.

Essas questões são complexas e controversas, mas, para nossos propósitos, não será necessário explicitar exatamente o que são essas “afecções na alma”. O que é relevante para nossa discussão são aspectos do processo de assemelhação por meio da qual essas afecções são formadas. Aristóteles descreve esse processo da seguinte maneira

O que é capaz de perceber é em potência tal como o objeto da percepção é em ato, como foi dito. Logo, ele é afetado enquanto é dessemelhante àquilo que o afeta, mas, assim que é afetado, torna-se semelhante e é tal como aquilo que o afetou é. (*De Anima II*, 418a 3-6, tradução nossa)¹⁴

Trata-se, então, de um processo causal, onde aquilo que é percebido explica as características daquilo que percebe. Assim pontua David Charles (2000):

A assemelhação é um processo causal cujo ponto inicial é um objeto externo particular. Esse processo (em casos exitosos) resulta no paciente tornando-se semelhante ao agente em certos aspectos relevantes. A causa eficiente explica os aspectos relevantes gerais do pensamento ou da percepção: sobre o que é,

¹⁴ Tradução feita a partir da tradução em inglês de Christopher Shields (2016).

seu objeto. Quando isso ocorre, a forma é transferida do agente ao paciente. (CHARLES, 2000, p. 81-82, tradução nossa)

Considerando que o processo da significação é contínuo com esse processo de assemelhação, segue-se que a relação assimétrica entre aquilo que é percebido e aquilo que percebe aplica-se também ao significado. Isto é, o item que é percebido determina as características da afecção mental, e é a essa afecção a qual o signo linguístico refere. Logo, aspectos desses itens extramentais restringem como e por que é possível significar.

Os itens que compõem a realidade extramental são entidades determinadas, isto é: que possuem essências, e é essa a característica que explica a definibilidade como uma condição necessária para a possibilidade do significado. Trata-se de um dos aspectos em que a significação se assemelha às coisas no início do processo de percepção, sendo a definição o corolário linguístico da noção ontológica de essência.

Ademais, uma característica do essencialismo aristotélico é que ele é realista, no sentido em que verdades sobre essências são independentes da cognição e das práticas linguísticas humanas. Assim explica David Charles:

[...] a teoria [aristotélica] da definição (encontrada nos *Analíticos*) não pode ser completa sem referência a como o mundo é, com seus padrões causais geradores de necessidade. A forma relevante de inteligibilidade não é meramente uma projeção da nossa parte para um mundo intrinsecamente ininteligível. Pois nós não podemos especificar totalmente o tipo de inteligibilidade que buscamos sem referência aos padrões geradores de necessidades que são encontrados no mundo. Na visão de Aristóteles, a estrutura causal inteligível do mundo é algo que existe independentemente de nós e do nosso sistema de explicação. (CHARLES, 2000, p. 351, tradução nossa)

A interpretação de Charles é motivada, em grande parte, por sua leitura de discussões sobre a definição encontradas nos *Segundos Analíticos*. Parte da relevância dessa discussão é que ela explicita o que é epistemologicamente requerido para adequadamente tratar de uma denominação significativa. Resumindo sua interpretação sobre o tipo de entendimento de um termo que um agente epistêmico precisa ter no começo de sua investigação, Charles escreve:

Nós podemos, na visão de Aristóteles, no começo de uma investigação, sermos agnósticos ou enganados sobre os aspectos internos básicos do tipo com qual nós interagimos. De fato, nós não precisamos nem saber que o tipo tem algum aspecto interno básico qualquer. [...] Pois tudo o que é necessário é que nós tenhamos recebido informação suficiente das nossas interações com o tipo para estar em uma posição a partir da qual nós podemos (com o tempo) vir a ter conhecimento de sua existência e sua estrutura básica. Não é requerido que nós

já tenhamos esse conhecimento neste estágio inicial da investigação. (CHARLES, 2000, p. 166, tradução nossa)

Na visão de Charles, Aristóteles elabora a sua teoria do entendimento do significado de termos usando, como modelo, a investigação científica. Para os nossos propósitos, não é necessário adentrar na teoria aristotélica da definição no contexto da ciência. Apesar disso, as considerações de Charles, corroboradas por evidências textuais, elucidam a relação entre o significado e o essencialismo aristotélico.

Se, para entendermos o significado de um termo, não é necessário conhecimento aprofundado do tipo que está sendo significado, então os mecanismos que regulam o espaço de possibilidade da significação são semânticos e não epistemológicos. E, como foi estabelecido, a significação é um processo causal que tem início em algo no mundo externo e tem suas características determinadas por esse objeto. Logo, em última instância, o que regula o espaço de possibilidade da significação são aspectos da estrutura da realidade, como o essencialismo e o PNC.

Isto é: o processo da significação é restringido pelos mesmos princípios metafísicos que restringem a realidade como um todo. Naturalmente, esse processo é uma parte da realidade, mas o ponto saliente é que Aristóteles não reconhece princípios semânticos independentes da metafísica, que não derivam sua necessidade de princípios metafísicos mais gerais. Pois, assim como a percepção e o pensamento, o processo da significação é, fundamentalmente, constituído por uma certa relação com objetos no mundo.

Significado e definição de nomes de não-entes

O exemplo de denominação utilizado por Aristóteles é o termo “homem”. Entretanto, é evidente que o argumento pretende ser generalizável, e suas consequências aplicáveis a outros casos de denominação. Mas quais outros casos? Podem ser significativos nomes de entidades não existentes, como “bode-cervo”? Há indicação que sim, pois Aristóteles escreve o seguinte em *De Interpretatione*:

[...] sinal disso é que mesmo ‘bode-cervo’ significa algo, mas não, ainda, algo verdadeiro ou falso, a não ser que seja adicionado ‘é’ ou ‘não é’. (*De Interpretatione*, 16a 16-18, tradução nossa)

Entretanto, foi estabelecido que a significação é um processo que inicia com entidades extramentais. Como seria possível, então, haver significação de “bode-cervo”, se não existem bodes-cervos de fato? A resposta está na capacidade da imaginação e sua relação com a percepção. Pode-se imaginar objetos que não foram percebidos, mas essas entidades imaginárias serão compostas de informações sensoriais obtidas de coisas existentes. O caso do bode-cervo é paradigmático pois é uma combinação de entidades reais observadas, a saber: bodes e cervos. Então, as afecções na mente que são simbolizadas pelo termo “bode-cervo” têm sua origem em objetos externos existentes, que têm suas características manipuladas por um processo imaginativo.

Porém, mesmo admitindo que “bode-cervo” significa, resta o problema da definibilidade do termo. Para que o argumento elêntico funcione, é preciso que o termo enunciado seja definível. Além disso, vimos que a definibilidade é uma condição para a significação, de tal modo que se “bode-cervo” é significativo, então certamente é definível. Porém, Aristóteles caracteriza a definição como a enunciação da essência. Se não há essência de não-entes, como pode haver definições do mesmo?

Aristóteles lida com essa questão no segundo livro dos *Segundos Analíticos*, parece dar duas respostas diferentes a ela. No sétimo capítulo, ele dá a entender que não há definições de entidades não existentes, escrevendo:

Assim, se quem define mostra ou “o que” ou “o que significa o nome”, se o “o que” não for o caso de modo algum, a definição seria o enunciado que significasse o mesmo que um nome. Mas isso é absurdo. Pois, em primeiro lugar, haveria definição também do que não é essência e daquilo que não é o caso: pois é possível que também os não-entes tenham um significado. (*Segundos Analíticos II*, 92b 26-29, trad. Lucas Angioni)

No décimo capítulo do mesmo livro, porém, Aristóteles parece sugerir que pode haver definição daquilo que não sabemos se é o caso, de modo que a existência não precisaria, ao menos, ser previamente estabelecida:

Uma vez que se afirma que a definição é o enunciado do “o que é”, é manifesto que um tipo de definição será um enunciado do que significa a denominação, ou outro enunciado denominativo (por exemplo, o que significa triângulo). Com relação aos quais, precisamente, apreendendo que são o caso, procuramos saber por que são; e é difícil apreender assim deste modo aquilo que não sabemos se é o caso. E a causa da dificuldade foi mencionada antes: nem sequer sabemos se é o caso ou não, a não ser segundo concomitância. (*Segundos Analíticos II*, 93b 29-34, trad. Lucas Angioni)

Há diferentes maneiras possíveis de conciliar essas passagens. Uma alternativa é dizer que, independentemente de nosso conhecimento, só há definição do que é o caso, e a distinção seria meramente epistemológica. Outra alternativa é tomar Aristóteles como utilizando, no sétimo capítulo, um sentido restrito de definição e, no décimo, um sentido mais expansivo. Nas palavras de David Charles:

[...] em [Segundos Analíticos] B.10, 93b29–32 Aristóteles está expandindo o escopo da definição para permitir um tipo de definição que dá uma descrição do que nomes significam, e não restringindo definições a descrições de algum objeto ou tipo. Se esse for o caso, pode haver um tipo de definição que afirma o que nomes para tanto existentes quanto não-existentes significam. (CHARLES, 2000, p. 28, tradução nossa)

Os argumentos de Charles e a caracterização do significado de denominações em termos de definição apresentada em *Metafísica Gamma* parecem oferecer evidências suficientes para concluirmos que há definição de termos como “bode-cervos”. Porém, nesses casos, a definição não enuncia a essência, mas apenas o significado da denominação.

O que exatamente isso significa ainda precisa ser explicitado, mas, para os nossos propósitos, é suficiente para concluir que o argumento elético seria bem-sucedido mesmo se seu interlocutor enunciasse um termo como “bode-cervo”. Pois, sendo possível obter uma definição, Aristóteles poderia lançar mão do passo argumentativo necessário para chegar à conclusão do argumento.

CONCLUSÃO

No processo da nossa investigação, encontramos primeiras respostas às nossas questões norteadoras e, ao mesmo tempo, descobrimos outras questões em aberto. Quanto aos aspectos semânticos do tratamento aristotélico do PNC, algumas questões foram elencadas no início. Sobre a concepção aristotélica do significado, estabelecemos que ela consiste em um processo causal contínuo com a percepção, que tem origem em objetos ou estados de coisas particulares e extramentais. Vimos que os comprometimentos epistemológicos da descrição aristotélica da significação são mínimos, mas seus comprometimentos metafísicos são mais robustos.

Em resposta à questão sobre o que conta como um termo significativo, consideramos que Aristóteles aceita como significativos termos referentes a entidades

não-existentes, e que não há evidências para sugerir que o argumento elêntico seria negativamente afetado se seu interlocutor enunciasse um termo como “bode-cervo”.

Quanto às qualificações mencionadas por Aristóteles, concluímos que o interlocutor do argumento elêntico não aceitaria a exigência de enunciar uma frase, pois isso o comprometeria com a afirmação de que algo é verdadeiro, o que o comprometeria implicitamente com o PNC.

Já quanto à metafísica que fundamenta o argumento, examinamos os comprometimentos metafísicos envolvidos nas noções de significado e definição presentes nele. Dado tudo o que discutimos, emerge que as concepções aristotélicas de significação e definição estão profundamente conectadas com seu essencialismo. Essa conexão se dá pois nossas práticas linguísticas advêm de uma interação direta e assimétrica com o mundo externo. Ela é direta pois é contínua com a percepção, e é assimétrica pois são aspectos estruturais da realidade que impõem, sobre nós, restrições sobre nossas práticas linguísticas e cognitivas, e não o inverso.

Quanto aos aspectos metaontológicos da discussão, esboçamos uma imagem geral do estudo metafísico do PNC. O PNC, um dos axiomas metafísicos, é um princípio a respeito dos acidentes próprios do ente enquanto ente, entendidos como atributos potencialmente pertencentes a toda e qualquer entidade de modo supragenérico. O estudo metafísico desses axiomas é conduzido de acordo com os moldes da pesquisa científica aristotélica na medida em que ele é sistemático e silogístico, procedendo pela demonstração de teoremas que necessariamente seguem de princípios primeiros. O resultado desse estudo é o aprofundamento e enriquecimento do entendimento dos objetos de estudo da metafísica, já que permite discernir o que é verdadeiro ou falso a respeito desses objetos.

Um benefício secundário dessa imagem é que ela nos permite afirmar a continuidade entre as duas descrições que Aristóteles oferece da metafísica e seus objetos. Aristóteles descreve a metafísica como o estudo de um certo tipo de entidades, as substâncias, mas também de certos princípios. À primeira vista, essas parecem ser duas tarefas distintas. Entretanto, a nossa investigação indica que o estudo de princípios como o PNC é constitutivo do estudo das substâncias e seus acidentes.

A substância é identificada como a aplicação primária do termo “ente”, e distinguida de suas aplicações derivadas, que são os acidentes próprios dos entes enquanto são entes. Dentre essas aplicações secundárias estão inclusos itens como a contrariedade, cuja definição como a maior diferença implica necessariamente no PNC.

A compreensão do PNC, então, é constitutiva da compreensão do que são os acidentes do ente enquanto ente. O metafísico o estuda primeiramente ao mostrar que ele está adequadamente relacionado ao sentido primário do termo “contrário” e, secundariamente, ao demonstrar teoremas a respeito dele. O mesmo procedimento poderia, presumidamente, ser aplicado aos demais axiomas metafísicos, embora o PNC seja o foco de Aristóteles.

Entretanto, alguns problemas permanecem carentes de resposta. Um deles é sobre como, afinal, o conhecimento do PNC é adquirido. Aristóteles afirma no último capítulo dos *Segundos Analíticos* que o conhecimento de princípios silogísticos é obtido através de voûç, um termo notoriamente polissêmico que pode ser traduzido, provisoriamente, como inteligência. Zuppolini (2016) apresenta evidências incontornáveis de que a inteligência está intrinsecamente conectada à percepção. Não é claro, porém, como o PNC poderia ser adquirido por um processo que envolve a percepção. O PNC é um princípio sobre a impossibilidade de um certo estado de coisas (a coexistência de atributos contrários num mesmo sujeito), e, aparentemente, a percepção é sempre de estados de coisas atuais, com quais interagimos causalmente. Como seria possível, então, conhecer pela percepção uma verdade sobre o que é ou não é possível?

Outro problema é sobre a relação entre a definição e o essencialismo. Vimos que há boas razões para considerar que Aristóteles aceita que há significado e até mesmo definição de termos que denominam não-entes. Entretanto, a definição é descrita pela expressão essencialista “o que era ser”, de tal modo que não é claro no que consistiria uma definição que não enuncia a essência. Vimos que, nos *Segundos Analíticos*, Aristóteles reconhece um tipo de definição que apenas diz o que um nome significa, mas essa descrição permanece vaga. O que exatamente são definições desse tipo? Trata-se de duas noções diferentes de definição ou uma só?

Por fim, há questões sobre os comprometimentos ontológicos envolvidos na argumentação de Aristóteles em *Metafísica Gamma*. Tendemos a interpretar o argumento elêntico como implicando que a definibilidade é uma condição necessária para a significação linguística, e que PNC é uma condição necessária para a definibilidade. Entretanto, interpretações mais deflacionárias são possíveis. Se interpretarmos o argumento elêntico como um procedimento dialético, ou uma estratégia para procedimentos dialéticos, ele pode ser bem-sucedido se o PNC for meramente parte das regras do jogo dialético. Nesse caso, o argumento elêntico não ofereceria suporte indireto

para considerar o PNC como um princípio metafísico verdadeiro, mas somente ofereceria uma estratégia para lidar com supostos negadores do PNC em contextos dialéticos.

Essas são questões ao mesmo tempo interpretativas e filosóficas, cujas respostas têm potenciais consequências metaontológicas importantes tanto para estudiosos de Aristóteles quanto para filósofos em geral. Sobretudo, elas dizem respeito ao grau de centralidade que Aristóteles confere à metafísica, e, conseqüentemente, à distância das atitudes metafísicas aristotélicas da posição majoritária contemporânea. Se Aristóteles posiciona a possibilidade do significado linguístico e da explicação científica como dependentes de um princípio metafísico, ele atribui à metafísica uma tarefa mais ambiciosa que a maioria dos metafísicos contemporâneos. Se sua argumentação for bem-sucedida, serão obtidas consequências não só para metafísica, mas para diversas outras áreas da filosofia.

REFERÊNCIAS

- ACKRILL, J. L. **Categories and De Interpretatione**. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- ANGIONI, Lucas. Aristóteles – Metafísica, Livros I, II e III. Tradução, introdução e notas. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, **Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução**, n. 15, p. 1-71, 2008.
- ANGIONI, Lucas. Aristóteles - Metafísica, Livros IV e VI. Tradução, introdução e notas. 2. ed. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, **Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução**, n. 14, p. 1-59, 2007.
- ANGIONI, Lucas. Aristóteles – Segundos Analíticos, Livro I. Tradução, introdução e notas. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, **Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução**, n. 7, p. 1-117, 2004.
- ANGIONI, Lucas. Aristóteles – Segundos Analíticos, Livro II. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, **Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução**, n.4, p. 1-125, 2002.
- ANGIONI, Lucas. Os seis requisitos das premissas da demonstração científica em Aristóteles (Segundos Analíticos I 2). **Manuscrito** 35, n. 1, p. 7-60, 2012.
- CHARLES, David. **Aristotle on Meaning and Essence**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CODE, Alan D. Aristotle's Metaphysics as a Science of Principles. **Revue Internationale de Philosophie**, vol. 51, n. 201, p. 357-378, 1997.

- CODE, Alan D. Metaphysics and Logic. In: GERSON, Lloyd P. (org.), Aristotle: **Critical Assessments**. vol. 1. Abingdon: Routledge, 1999. p. 167-185.
- CODE, Alan. Aristotle's Investigation of a Basic Logical Principle: Which Science Investigates the Principle of Non-Contradiction?. **Canadian Journal of Philosophy**, vol. 16, n. 3, 1986, p. 341-358.
- COREN, Daniel. Why Does Aristotle Defend the Principle of Non-Contradiction Against its Contrary? **The Philosophical Forum**, v. 49, n. 1, p. 39–59, 2 fev. 2018.
- FURTH, Montgomery. A Note on Aristotle's Principle of Non-Contradiction. **Canadian Journal of Philosophy**, n. 16, p. 371-381, 1986.
- PRIEST, Graham. To be and not to be – That is the Answer. On Aristotle on the Law of Non-Contradiction. **History of Philosophy and Logical Analysis**, v. 1, n. 1, p. 91–130, 1998.
- SHIELDS, Christopher J. **De anima**. Oxford: Clarendon Press, 2016.
- SMITH, Robin. **Topics : Books I and VIII, with excerpts from related texts**. Oxford: Clarendon, 1997.
- TAHKO, Tuomas. The Law of Non-Contradiction as a Metaphysical Principle. **Australasian Journal of Logic**, n. 7, p. 32-47, 2009.
- WEDIN, Michael V. A curious turn in metaphysics gamma: Protagoras and strong denial of the principle of non-contradiction. **Archiv für Geschichte der Philosophie**, vol. 85, n. 2, p. 107-130, 2003.
- WEDIN, Michael V. The Scope of Non-Contradiction: A Note on Aristotle's 'Elenctic' Proof in "Metaphysics" Γ 4. **Apeiron**, vol. 32, n. 3, p. 231-242, 1999.
- WEDIN, Michael. Aristotle on the Firmness of the Principle of Non-Contradiction. **Phronesis**, n. 49, p. 225-265, 2004.
- ZUPPOLINI, Breno. Aristotle's Foundationalism, **Dissertatio**, n. 44, p. 187-211, 2016.